

JUDICIÁRIO

Mesmo hostilizado, Gonet é reconduzido

Placar de 45 x 26 foi menos folgado do que na primeira indicação. Procurador foi confrontado pelo senador Flávio Bolsonaro, na CCJ, devido à condenação do pai

» ALICIA BERNARDES
» FABIO GRECCHI

O Plenário do Senado aprovou, ontem, por 45 x 26, a recondução de Paulo Gonet ao comando da Procuradoria-Geral da República (PGR) até o fim de 2027. A votação, realizada de forma secreta, exigia pelo menos 41 votos favoráveis. Nos bastidores do Senado, porém, comentava-se que o resultado serviria de termômetro para a indicação do Palácio do Planalto para o futuro ocupante da 11ª cadeira do Supremo Tribunal Federal (STF). Sobre tudo depois de uma sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que teve momentos de hostilidade a Gonet e exigiu que o presidente do colegiado, senador Otto Alencar (PSD-BA), interviesse para baixar a fervura.

Apesar da recondução, desta vez Gonet enfrentou forte oposição dos bolsonaristas, irritados com os pedidos de condenação feitos pela PGR dos golpistas que tentaram manter Jair Bolsonaro na Presidência, mesmo derrotado nas eleições de 2022. A rejeição ao seu nome começou no dia anterior, quando o senador Eduardo Girão (Novo-CE) adiantou o voto contrário ao PGR.

Na sessão da CCJ, o mais exaltado foi o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), por conta do fato de o pai ter sido condenado a 27 anos e três meses de prisão por chefiar a organização criminosa que atentou contra o Estado Democrático de Direito. “A prerrogativa de proteção das garantias constitucionais individuais e da sua própria instituição não existem mais no Brasil. Não é o Ministério Público que decide, mais é o senhor que instrui ou deveria instruir o processo, porque nem isso você está fazendo mais. Quem faz é o ministro Alexandre de Moraes, em vários processos. Eu acho que, e digo isso com tristeza no coração, os membros do Ministério Público Federal devem ter vergonha do senhor hoje. Muita vergonha”, criticou Flávio, acusando o PGR de endossar supostas irregularidades de Moraes.

Gonet ficou calado e não mudou de expressão facial. Nesse momento, Alencar interveio e cobrou do filho 01 do ex-presidente — que pode ser recolhido ao regime fechado de detenção ainda este mês — urbanidade no tratamento ao PGR, lembrando-lhe de que, ao longo de 30 anos de vida pública, jamais destratou um adversário político em momentos solenes como aquele. O senador Jayme Campos (União-MT) também chamou a atenção de Flávio. Outros

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Gonet não reagiu ao ataque do filho 01 de Bolsonaro. E disse que a PGR não atua com motivação partidária



Não é o Ministério Público que decide, mas é o senhor que instrui ou deveria instruir o processo, porque nem isso você está fazendo mais. Quem faz é o ministro Alexandre de Moraes, em vários processos. Eu acho que, e digo isso com tristeza no coração, os membros do Ministério Público Federal devem ter vergonha do senhor hoje. Muita vergonha”

Crítica do senador Flávio Bolsonaro a Paulo Gonet

bolsonaristas que participaram da sabatina foram mais comedidos.

Como resposta a Flávio, o procurador leu uma mensagem de apoio do presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), José Schettino. “Parece que não há vergonha da classe em ter o atual procurador-geral à frente da carreira”, alfinetou Gonet.

Atuação técnica

Na exposição inicial, Gonet defendeu a atuação técnica da PGR e afirmou que a instituição não tem “bandeiras partidárias”, nem propõe “denúncias precipitadas”. “A tinta que imprime as peças produzidas pela Procuradoria-Geral da República não tem as cores das bandeiras partidárias”, frisou. O procurador também enfatizou que o chefe do MPF “não julga ninguém, apenas leva o relato de fatos apurados à avaliação do Judiciário”, destacando

que o respeito ao sigilo judicial foi “sempre obedecido de modo absoluto e assim continuará a ser”.

Questionado sobre temas sensíveis, como a proposta de anistia aos bolsonaristas condenados pelos ataques do 8 de Janeiro às sedes dos Três Poderes, Gonet classificou o debate como “polêmico do ponto de vista jurídico” e defendeu que a decisão cabe ao Congresso. Também foi indagado sobre a relação com o STF e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os pedidos de impeachment de ministros e o combate ao crime organizado. Ele reafirmou que a PGR atua com base em “ponderação técnica e racionalidade jurídica”. No fim da sessão na CCJ, o resultado de 17 x 10 deixou claro que somente os bolsonaristas não queriam a recondução do chefe do Ministério Público Federal (MPF).

A votação no Plenário foi conduzida pelo presidente do Senado,



Parece que não há vergonha da classe em ter o atual procurador-geral à frente da carreira”

Gonet rebate Flávio, ao ler mensagem de apoio do presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República

Davi Alcolumbre (União-AP), que convocou um “esforço concentrado” para garantir o quórum de deliberação, em meio à realização da COP30, em Belém. Gonet, porém, recebeu um número de votos favoráveis menor do que quando foi indicado à PGR, em 2023 — passou com um placar de 65 x 11. O resultado pode ser um indicativo de que o nome proposto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para suceder o ministro Luís Roberto Barroso no STF encontrará pesadas resistências, sobretudo se for o advogado-geral da União, Jorge Messias, o nome mais cotado.

Além da recondução de Gonet, os senadores analisaram indicações para o Superior Tribunal Militar (STM), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

» LEIA MAIS sobre Paulo Gonet no caderno **Direito & Justiça**

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Queda de braço sobre segurança tem viés de secessão

A disputa entre o governo federal e os governadores de oposição sobre a política de segurança pública e a legislação penal não é apenas técnica ou operacional, mas política, histórica e federativa. O impasse na definição do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), adiada mais uma vez na Câmara, revela a persistência de um modelo de poder local armado, forjado há mais de um século, e que hoje se expressa na política nacional por meio de figuras como o deputado Guilherme Derrite (PP-SP), relator do PL Antifacção. Derrite é policial militar formado na cultura da antiga Força Pública paulista, que durante décadas funcionou como um verdadeiro exército estadual.

Criada em 1831 e consolidada na República Velha, a Força Pública de São Paulo foi a mais poderosa corporação policial do país. Seu efetivo, treinamento e armamento rivalizavam com os do Exército. Em 1932, ela constituiu o núcleo militar da Revolução Constitucionalista, quando São Paulo se insurgiu contra Getúlio Vargas em nome da Constituição, mas, também, da autonomia estadual. Derrotada militarmente, a Força Pública manteve o prestígio político e a identidade castrense.

Tornou-se símbolo do orgulho paulista, de autonomia e de autossuficiência, valores que moldaram a Polícia Militar após a fusão com a Guarda Civil, em 1970. Desde então, a PM-SP preserva a estrutura de um exército de província, com forte ethos hierárquico e doutrina de combate ao “inimigo interno”. Essa tradição explica por que São Paulo resiste, até hoje, a submeter sua política de segurança à coordenação nacional.

A lógica é a mesma de sempre: desconfiança em relação ao poder central e autonomia das armas regionais. A antiga Força Pública sobrevive não apenas nos quartéis, mas na mentalidade dos políticos que se projetam da segurança para o Congresso. Essa tradição, apesar de isolada após a derrota constitucionalista, sobreviveu inclusive ao regime militar, que também deu às demais forças policiais do país uma formação militar.

Ex-oficial da ROTA, uma tropa de elite criada em plena ditadura militar, Derrite transformou essa herança institucional em discurso político. Sua carreira foi construída sobre a ideia de que a criminalidade deve ser tratada como guerra e o policial, como soldado de trincheira. Secretário de Segurança de São Paulo, no governo de Tarcísio de Freitas, por indicação do ex-presidente Jair Bolsonaro, deixou o cargo e reassumiu o mandato de deputado federal com o propósito de articular a pauta de endurecimento penal e de equiparação das facções criminosas a organizações terroristas.

Derrite não é um caso isolado: ele expressa uma cultura política de extrema-direita que concebe o Estado como força tutelar e disciplinadora, não como mediador de direitos. É sob essa lente que a segurança se converte em instrumento de controle social e afirmação de poder regional. Como relator do PL 5.582/25, Derrite inicialmente propôs que o tráfico e o comando de facções fossem enquadrados como crimes de terrorismo, deslocando o tema da esfera da segurança pública para o da segurança nacional. Essa é a doutrina da “guerra interna” — e a negação do princípio constitucional segundo o qual a segurança é dever do Estado e direito do cidadão.

Impasse continua

Diante da resistência de órgãos de Estado, como o Ministério Público Federal, a Polícia Federal e a Receita Federal, além de juristas, magistrados e especialistas em segurança pública, foi obrigado a recuar. Entretanto, não desistiu de esvaziar a ação desses órgãos, transferindo seus recursos para os governos estaduais na terceira versão do seu relatório sobre o chamado Novo Marco da Segurança Pública. A proposta encontra aderência na Câmara porque há muitos parlamentares enrolados no Supremo Tribunal Federal (STF), por causa de desvios de recursos de emendas parlamentares, que são investigados pela PF, pela Receita e pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e, mais uma vez, querem se blindar dos processos.

A proposta da PEC do SUSP, inspirada no modelo do SUS e que busca integrar as forças de segurança sob coordenação da União, com interoperabilidade de dados e comando conjunto, parece um óbvio ululante, como diria Nelson Rodrigues. Trata-se de enfrentar o crime organizado que atua em escala nacional com base de inteligência e ação cooperada dos órgãos de inteligência. O problema é que os governadores de oposição — especialmente Tarcísio de Freitas e Cláudio Castro (RJ) — veem a medida como invasão de competências.

Criaram o chamado Consórcio da Paz, uma confederação de governos estaduais que funciona como frente política paralela ao Ministério da Justiça. O gesto de Castro ao enviar mensagens a Donald Trump, pedindo o reconhecimento do Comando Vermelho como organização terrorista, escala o conflito e ultrapassa o debate jurídico. É um gesto de soberania paralela, com viés de secessão. Reflete um país dividido ideologicamente, que perdeu coesão social e não tem um projeto unificador.

Com a Operação Contenção, no Rio, na qual morreram 121 pessoas, entre as quais quatro policiais, a proposta de adoção de leis de exceção, com grande fração do território tomada pelo crime organizado, encontra aderência na opinião pública. Resultado: o Estado passou a agir como força ocupante em zonas de guerra, num ambiente saturado pela elevação da criminalidade, haja vista o roubo de celulares, em alguns casos, medianter latrocínios, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Mas é uma fuga para a frente diante do fracasso dos governos estaduais no combate à criminalidade.

Dino cobra “lealdade” em atuação no STF

» IAGO MAC CORD

O comportamento do advogado de um dos réus do núcleo 3 da trama golpista levou o presidente da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino, a cobrar “lealdade” das defesas que vêm atuando na Corte. O ministro fez questão de frisar que há valores e exigências de conduta e assegurou que o STF valoriza as argumentações que vêm sendo apresentadas em favor dos réus no processo.

A intervenção de Dino foi em função da sustentação do advogado Jeffrey Chiquini, que defende o tenente-coronel Rodrigo Bezerra de Azevedo. Ele assegurou que o militar não tem ligação com as ações do Plano Punhal Verde-Amarelo — que previa a morte do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente Geraldo Alckmin e do ministro Alexandre de Moraes, então presidente do Tribunal Superior Eleitoral — e que não participou de reuniões preparativas para o golpe, conforme a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Rosinei Coutinho/STF



Atuação de advogado de réu levou ministro a fazer advertência

“Ministro presidente, veja só a insanidade acusatória. Como um tenente-coronel, que é liderança, não participa das reuniões de planejamento? Não faz sentido”, argumentou Chiquini.

O defensor continuou as críticas, voltadas, sobretudo, para o legado federal Fabio Shor, para o subprocurador-geral da República, Paulo Jacobina, e na direção do próprio STF, ao afirmar que

não teve acesso às provas contra o cliente. Foi quando Dino interveio, salientando que quem faz parte do Judiciário precisa seguir a lei e o Código de Ética, dentro e fora das Cortes.

“Fazemos questão de acentuar que o tribunal, assim como faz em relação às partes, exige também como dever legal de respeito. E isto vale para esta tribuna, que não é uma tribuna parlamentar, que não é uma tribuna do tribunal do júri, e vale também para as outras manifestações externas a este plenário. O tribunal tem sido, ao longo desses mais de 100 anos de República, extremamente leal com a advocacia brasileira. Portanto, reinvindicamos idêntico tratamento, não só nesta tribuna como fora dela”, cobrou o ministro.

Dino salientou, ainda, que a Primeira Turma tem valorizado as manifestações dos advogados durante o julgamento dos réus da trama golpista. “Sabemos bem nosso papel. E o temos feito com muita serenidade, prudência, equilíbrio, como compete ao órgão julgador”, observou. **(Com FG)**